

## Tradução

### Repensando o capitalismo e seus futuros<sup>1</sup>

Moishe Postone<sup>2</sup>

#### I

Como devemos entender dominação social atualmente? À primeira vista, ela parece bastante autoevidente. Em grande parte do mundo, há um hiato crescente entre os muito ricos e a maioria da população. Além disso, as condições de trabalho e, portanto, as condições de reprodução de um número cada vez maior de pessoas em muitas partes do mundo tornaram-se muito mais precárias.

Tais condições, por mais deploráveis que possam ser (e seria possível continuar a lista), não parecem requerer reconsideração teórica. Parece que um tradicional foco na propriedade privada e no mercado seria suficiente para elucidar esses problemas.

Eu gostaria de sugerir, não obstante, que tal foco não é suficientemente adequado e que as extensas transformações do mundo nas décadas recentes indicaram de modo dramático que a análise social crítica, para ser apropriada ao nosso universo social, tem de se ocupar principalmente com questões de dinâmica histórica e de mudanças estruturais de grande escala. Um enfoque na dinâmica das mudanças estruturais dominantes indica a necessidade de uma reconsideração fundamental do que se entende por história e dominação social. Eu sustentaria que uma teoria crítica do capitalismo pode esclarecer melhor esses processos transformacionais.

Consideração que sugere a importância de um renovado contato com a análise crítica do capitalismo feita por Marx. Ao mesmo tempo, todavia, os desenvolvimentos históricos do século passado indicam claramente que qualquer tentativa de se reapropriar da teoria crítica de Marx tem de diferir fundamentalmente do “marxismo tradicional” – termo que devo elaborar melhor no curso da palestra.

---

<sup>1</sup>Artigo apresentado no painel “Trabalho, mobilidade e flexibilidade – dominação social hoje”, do evento *Cidades rebeldes* promovido pela Editora Boitempo, São Paulo, jun. 2015. Nosso agradecimento à Boitempo por permitir a tradução e publicação do artigo. Tradução de Diogo Labrego de Matos (doutorando pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro– UERJ).

<sup>2</sup> Professor da Universidade de Chicago.

Por que se dar ao trabalho de repensar a análise marxiana do capitalismo? Afinal, o colapso da União Soviética e do comunismo europeu, bem como a transformação da China, foram vistos por muitos como sinalizando o derradeiro fim do socialismo e da relevância teórica de Marx – o último ato, por assim dizer, de uma decadência de décadas.

Essa derrocada expressou-se igualmente na emergência de outros tipos de abordagens teórico-críticas, tais como o pós-estruturalismo e a desconstrução, que pareciam oferecer a possibilidade de criticar, por exemplo, as formas de dominação burocráticas opressivas no Oriente e no Ocidente sem ratificar os ambiciosos programas de emancipação humana que, para muitos, com demasiada frequência tiveram consequências históricas negativas ou mesmo desastrosas.

Essas novas abordagens conceituais, entretanto, foram seriamente postas em xeque pela recente crise global, que revelou de forma dramática suas graves limitações como tentativas de capturar adequadamente o mundo contemporâneo.

A erupção contínua de severas crises econômicas como uma característica da modernidade capitalista, bem como a existência de pobreza massiva e exploração estrutural em escala global, sugerem que os rumores da morte de Marx foram, no mínimo, exagerados. Não obstante, seria um equívoco pensar que se pode simplesmente retornar a Marx tal como ele em geral foi entendido durante grande parte do século XX. O colapso do marxismo tradicional e a inadequação cada vez mais patente de grande parte do pós-marxismo estão enraizados em desenvolvimentos históricos que sugerem a necessidade de repensar, bem como se reapropriar de, Marx.

Eu estou sugerindo, então, que repensar adequadamente a vida urbana, ou a crise do trabalho, ou a natureza da dominação social no mundo contemporâneo requer repensar o que nós compreendemos por capitalismo, e que a reapropriação de Marx pode ser de grande apoio para tal iniciativa.

Como tratarei adiante, ao contrário da interpretação marxista tradicional, no seu nível mais fundamental a teoria crítica de Marx não é uma crítica a um modo de exploração de classe que deforma a modernidade realizada desde um ponto de vista que afirma o trabalho. Em lugar disso, em um plano mais básico, ela desvela e analisa uma forma única de mediação social que estrutura a própria modernidade como uma forma de vida social historicamente específica. Tal forma de mediação é socialmente constituída por uma forma de trabalho historicamente única, sendo essencialmente temporal. Ela se manifesta em formas de dominação peculiares, aparentemente objetivas, que não podem ser suficientemente compreendidas em termos de dominação

de uma classe ou mesmo de qualquer entidade concreta e/ou política. Além disso, essas formas de dominação, expressas por categorias tais como mercadoria e capital, não são estáticas e não podem ser conceituadas de modo adequado em termos do mercado. Ao contrário, elas geram uma dinâmica histórica que está no cerne da modernidade capitalista.

## II

O meu foco no caráter historicamente dinâmico da sociedade capitalista constitui uma resposta às massivas transformações globais das últimas quatro décadas. Este período caracterizou-se pelo desenrolar da síntese fordista estadocêntrica do pós-II Guerra no Ocidente, pelo colapso ou transformação radical dos estados-partidos e suas economias planificadas no Leste e pela emergência de uma ordem capitalista global neoliberal (que, por sua vez, pode ser erodida pelo desenvolvimento de enormes blocos econômicos em competição).

Tais desdobramentos, por seu turno, podem ser entendidos com referência à trajetória predominante do capitalismo de estado no século XX, desde o seu início na I Guerra Mundial e na Revolução Russa, desde seu ápice nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial até seu declínio a partir do início da década de 70. O que é significativo sobre esta trajetória é o seu caráter global. Ela abarcou países capitalistas ocidentais e comunistas, bem como territórios colonizados e países descolonizados. Apesar das diferenças ocorridas no desenvolvimento histórico, agora elas parecem mais distintas inflexões de um padrão comum do que desenvolvimentos fundamentalmente diversos. Esses desenvolvimentos gerais ocorreram a despeito dos partidos no poder e coincidiram com o apogeu do pós-guerra, o subsequente e rápido declínio da União Soviética e as extensas transformações da China.

Esses desenvolvimentos gerais não podem ser explicados em termos contingentes e sugerem fortemente a existência de restrições estruturais gerais sobre as decisões políticas, sociais e econômicas, assim como de forças dinâmicas não completamente sujeitas a controle político. Ao mesmo tempo, esses fenômenos põem em dúvida noções lineares de desenvolvimento histórico – sejam marxistas, weberianas ou liberais.

Tais transformações históricas sugerem a importância de um contato renovado com a crítica da economia política de Marx, pois a problemática da dinâmica histórica e da mudança estrutural global está no cerne daquela crítica. Todavia, a história do último século também sugere que uma teoria crítica adequada tem de se diferenciar fundamentalmente das críticas do marxismo

tradicional ao capitalismo, por mim entendido como uma estrutura interpretativa geral em que o capitalismo é analisado essencialmente em termos de relações de classe radicadas na propriedade privada e mediadas pelo mercado. A dominação social é entendida primordialmente em termos de dominação de classe e exploração.

Essa estrutura básica deu origem a um amplo espectro de abordagens que geraram influentes análises econômicas, políticas, sociais, históricas e culturais. No entanto, as insuficiências dessa própria estrutura dominante tornaram-se crescentemente evidentes diante dos desenvolvimentos históricos do século XX. Desenvolvimentos estes que incluem o caráter não-emancipatório do “socialismo realmente existente”, a sua trajetória histórica de ascensão e declínio, coincidindo com a do capitalismo estatal-intervencionista (sugerindo que estavam situados historicamente de maneira análoga), a progressiva importância do conhecimento científico e da tecnologia avançada na produção (que parecia pôr em xeque a teoria do valor-trabalho), as crescentes críticas ao progresso tecnológico e ao crescimento econômico (que se opunham ao produtivismo de grande parte do marxismo tradicional) e a progressiva importância de identidades sociais não baseadas em classes. Juntos, esses elementos sugerem que a estrutura tradicional não serve mais como ponto de partida para uma teoria crítica adequada.

A consideração dos padrões históricos gerais que caracterizaram o século passado, portanto, põe em dúvida tanto o marxismo tradicional, com sua defesa do trabalho e da história, quanto as noções pós-estruturalistas da história como essencialmente contingente. Porém, tal consideração não necessariamente nega o *insight* crítico que as tentativas de lidar com a história contingentemente inspiram – a saber, que a história, compreendida como o desdobramento de uma necessidade imanente, delineia uma forma de privação de liberdade.

Para explicar de maneira breve: nos *Grundrisse*, Marx caracteriza o capitalismo como uma sociedade em que os indivíduos estão muito mais livres de relações de dominação pessoal do que nas formas de sociedade anteriores. De acordo com Marx, entretanto, essa liberdade existe na estrutura de um sistema de “dependência objetiva”, radicado em uma forma de mediação social que impõe coerções aparentemente objetivas [*quasi-objective*] sobre a ação humana. Essas coerções se mostram de maneira reveladora na existência de uma lógica histórica. Em outras palavras, a própria existência de uma lógica histórica indica a existência de constrangimentos sobre a ação humana.

Marx, nesse sentido, não rejeita simplesmente as formas de liberdade pessoal associadas ao desenvolvimento do capitalismo, mas as caracteriza

fundamentalmente como parciais e incompletas. Considerar a liberdade apenas em referência a questões de dependência pessoal pode servir para obliterar a existência de uma forma de sujeição mais geral – radicada na circunstância de que as pessoas fazem a história, mas o fazem em uma forma que as coage e as domina.

Essa forma de sujeição é o objeto central da crítica da economia política de Marx, crítica que busca capturar os imperativos e os constrangimentos que constituem a base das dinâmicas históricas e das mudanças estruturais do mundo moderno. Em sua teoria madura, a história – entendida como uma dinâmica direcional imanentemente induzida – não é uma característica universal da vida social humana; tampouco é contingência histórica. Ao contrário, ela é um traço historicamente específico da sociedade capitalista (que pode ser e foi projetado sobre a vida social humana como um todo). Longe de conceber a história afirmativamente, Marx funda essa dinâmica direcional na categoria do capital, capturando-a assim como uma forma de heteronomia.

A sua crítica, por conseguinte, *não* é realizada do *ponto de vista* da história ou do trabalho, como no marxismo tradicional. Pelo contrário, a dinâmica histórica do capitalismo e a aparentemente ontológica centralidade do trabalho tornaram-se os *objetos* da crítica de Marx. Pela mesma razão, a teoria madura de Marx não pretende ser uma teoria da história e da vida social transhistoricamente válida, é consciente de seu caráter historicamente específico e põe em dúvida qualquer abordagem que reivindique para si validade universal, transistórica.

O objetivo crítico da análise marxiana, de acordo com esta leitura, é similar em alguns aspectos às abordagens pós-estruturalistas, na medida em que elas envolvem uma crítica da totalidade e de uma lógica dialética da história. Todavia, enquanto Marx apreende criticamente tais concepções como expressões da realidade da sociedade capitalista, as abordagens pós-estruturalistas negam sua validade insistindo na primazia ontológica da contingência. Do ponto de vista da crítica de Marx (de uma história heterônoma), qualquer tentativa de recuperar o agir histórico insistindo na contingência mediante artifícios que negam ou obscurecem a forma de dominação temporalmente dinâmica característica do capital é profunda e ironicamente incapacitante.

### III

A base para essas ponderações é uma leitura que reconsidera as categorias mais fundamentais da crítica madura de Marx tomando como

referência a dinâmica heterônoma que caracteriza o capitalismo. Categorias tais como valor, mercadoria, mais-valor e capital foram entendidas como categorias que afirmam o trabalho como a fonte de riqueza social em todas as épocas e lugares, a par de demonstrarem a centralidade da exploração baseada em classes no capitalismo.

Essa interpretação é, na melhor das hipóteses, parcial. Ela se baseia em uma compreensão transistórica do trabalho como uma atividade mediando seres humanos e natureza, e que é postulada como a fonte de riqueza em todas as sociedades. No capitalismo, todavia, o trabalho seria impedido de realizar-se por completo. A emancipação, por conseguinte, seria realizada em uma sociedade em que o trabalho aparecesse abertamente como o princípio regulador da sociedade. Tal noção, é claro, está vinculada à noção de socialismo como a “autorrealização” do proletariado. O trabalho, nesse caso, fornece o *ponto de vista* da crítica ao capitalismo.

Uma leitura acurada da madura crítica da economia política de Marx, no entanto, põe em xeque os pressupostos transistóricos da interpretação tradicional. Marx declara de maneira explícita que suas categorias fundamentais não são estritamente econômicas, mas constituem formas sociais que são ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. Ademais – e este ponto é crucial –, essas categorias são historicamente específicas da sociedade moderna ou capitalista. De acordo com Marx, mesmo categorias tais como dinheiro e trabalho, que parecem transistóricas devido ao seu caráter abstrato e geral, são válidas em sua generalidade abstrata somente para a sociedade capitalista.

Partindo da categoria mercadoria como uma forma social historicamente específica de prática e de subjetividade sociais, Marx buscou desvelar a natureza e a dinâmica básicas da modernidade capitalista. No núcleo de sua análise está a ideia de que o trabalho no capitalismo tem uma função socialmente mediadora única que não é intrínseca à atividade laboral como tal.

Em uma sociedade em que a mercadoria é a categoria estruturante básica do todo, o trabalho e seus produtos não são distribuídos socialmente por normas tradicionais ou por relações explícitas de poder e dominação, como é o caso em outras sociedades. Em lugar disso, o próprio trabalho substitui tais relações ao servir como uma espécie de meio aparentemente objetivo [*quasi-objective*] de obter mediante o qual os produtos de outros são adquiridos. O trabalho constitui uma nova forma de interdependência, na qual as pessoas não consomem o que produzem, mas em que, a despeito disso, seu próprio trabalho ou produtos do trabalho funcionam como um meio aparentemente objetivo [*quasi-objective*] de obter o produto de outros. Ao servir como um tal meio, o

trabalho e seus produtos de fato assumem aquela função exercida por relações sociais manifestas; eles medeiam uma nova forma de inter-relacionalidade social.

Nas obras de maturidade de Marx, portanto, a noção da centralidade do trabalho para a vida social não é uma proposição transistórica. Ela *não* significa que a produção material é a dimensão mais essencial da vida social em geral, ou mesmo do capitalismo em particular. Ao contrário, tal noção se refere à constituição pelo trabalho de uma forma historicamente específica de mediação social no capitalismo que essencialmente caracteriza essa sociedade. Com base nisso, Marx procura fundar socialmente os traços básicos da modernidade, tais como a sua dinâmica histórica global e seu processo de produção.

De acordo com essa análise, as relações sociais que de maneira mais essencial caracterizam a sociedade capitalista são muito diferentes das relações sociais explícitas, qualitativamente específicas, que distinguem as sociedades não capitalistas – tais como parentesco ou relações diretas ou pessoais de dominação. Por serem constituídas pelo trabalho no capitalismo, essas relações têm um caráter formal peculiar, aparentemente objetivo [*quasi-objective*].

O indicador de tais relações, de acordo com Marx, é a categoria do valor – que também é historicamente específica. Marx distingue de maneira explícita o valor da riqueza material, que é medida pela quantidade produzida e é uma função do conhecimento, da organização social e das condições naturais, além do trabalho. O valor, a forma dominante de riqueza no capitalismo, é constituído unicamente pelo dispêndio de *tempo* de trabalho socialmente necessário. (À diferença da riqueza material, que é mediada por relações sociais explícitas, o valor é uma forma de riqueza automediada.)

Nessa estrutura, o que caracteriza fundamentalmente o capitalismo é uma forma de mediação historicamente específica, aparentemente objetiva [*quasi-objective*], que é constituída por modos determinados de prática social e, ademais, torna-se aparentemente independente [*quasi-independent*] das pessoas envolvidas nessas práticas.

O resultado é uma forma de dominação historicamente nova que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais, impessoais, crescentemente racionalizados e que não podem ser adequadamente apreendidos em termos de dominação de classe ou, de modo mais geral, em termos de dominação por grupamentos sociais ou por agências institucionais do estado e/ou da economia. Essa dominação não tem um *locus* determinado e, apesar de constituída por formas determinadas de prática social, não aparenta ser social. Estou sugerindo que a análise marxiana da dominação abstrata é uma análise

mais rigorosa e determinada do que Foucault tentou apreender com a noção de poder no mundo moderno. Ademais, ao contrário da noção foucaultiana de poder, a forma de dominação analisada por Marx é fundamentalmente dinâmica e temporal.

Nesse particular, é significativa a determinação marxiana da magnitude do valor em termos do tempo de trabalho socialmente necessário, que delinea uma norma socialmente geral, abstrata, à qual a produção *tem de* se conformar. Trata-se da primeira determinação, historicamente específica, da forma abstrata de dominação intrínseca ao capitalismo: *a dominação das pessoas pelo tempo*, por uma forma historicamente específica de temporalidade – o tempo abstrato newtoniano –, tempo constituído historicamente com a forma mercadoria.

Seria unilateral, no entanto, encarar a temporalidade no capitalismo apenas em termos de tempo newtoniano, a saber, como tempo homogêneo vazio. As formas temporais do capitalismo plenamente desenvolvido são generativas de continuados incrementos na produtividade. Porém, tais aumentos na produtividade provocam tão somente incrementos de curto prazo na magnitude do valor criado por unidade de tempo. O resultado é uma espécie de *treadmill effect* [dinâmica de esteira]. Por um lado, os crescentes níveis de produtividade resultam em grande aumento na produção de valor de uso; por outro, a maior produtividade não resulta em aumentos proporcionais de longo prazo no valor, a forma social da riqueza no capitalismo.

A peculiar dinâmica de esteira é a primeira determinação de uma dinâmica histórica extremamente complexa, não linear, que distingue a modernidade capitalista. De um lado, esta dinâmica é caracterizada por permanentes *transformações* na produção e, de modo mais geral, na vida social. De outro, essa dinâmica histórica implica a permanente *reconstituição* de sua própria condição fundamental como uma característica imutável da vida social – em outras palavras, o valor é reconstituído e, por conseguinte, a mediação social continua sendo, em última análise, efetuada pelo trabalho, e o trabalho vivo permanece parte integral do processo de produção (considerado em termos da sociedade como um todo), independentemente do nível de produtividade. A dinâmica histórica do capitalismo gera de maneira incessante o que é “novo”, regenerando simultaneamente o que é o “mesmo”. Os dois aspectos da dinâmica dão origem à possibilidade de outra organização do trabalho e da vida social e, todavia, ao mesmo tempo impedem esta possibilidade de ser realizada.

Nessa dinâmica, a unidade de tempo (abstrato) permanece constante e, não obstante, é redeterminada; por assim dizer, ela é empurrada para frente.

Tal movimento, que é *do* tempo, não pode ser apreendido na estrutura de tempo newtoniana. Esse movimento do tempo pode ser denominado *tempo histórico*. A redeterminação da unidade de tempo abstrato, constante, redetermina a compulsão associada àquela unidade. Desse modo, o movimento do tempo adquire uma dimensão necessária. Portanto, tempo abstrato e tempo histórico são constituídos historicamente com as formas da mercadoria e do capital, sendo dialeticamente inter-relacionados como estruturas de dominação.

A dinâmica gerada pela dialética dessas temporalidades está no cerne da categoria capital, que, para Marx, é uma categoria de movimento; ela é valor em movimento.

Ao introduzir a categoria capital, Marx a descreve com a mesma linguagem utilizada por Hegel para se referir a *Geist* (Espírito) na *Fenomenologia do Espírito*. Assim procedendo, Marx sugere que a noção hegeliana de história como um desdobramento dialético de um Sujeito é válida. Entretanto, a dialética histórica não mais se refere à história humana como um todo; ela não é uma espécie de Grande Narrativa em Marx. Pelo contrário, ela deve ser entendida em termos historicamente específicos. Além do mais, Marx *não* identifica o Sujeito com o proletariado ou mesmo com a humanidade. Em seu lugar, ele o identifica como capital: uma estrutura dinâmica de dominação abstrata que, embora constituída pelos seres humanos, devém independente de suas vontades.

Com essa guinada teórica, o sujeito histórico, a totalidade e o trabalho que a constitui passam a ser agora os *objetos* da crítica. As contradições do capital apontam para a abolição do Sujeito, não para sua realização.

A compreensão da complexa dinâmica do capitalismo delineada por mim é relevante para a iminente crise contemporânea dual – da degradação ambiental e do fim da sociedade do trabalho. Ela permite uma análise crítica social (em lugar de tecnológica) da trajetória de crescimento e da estrutura da produção na sociedade moderna. A dimensão temporal do valor constitui a base de um determinado padrão de “crescimento”, que dá origem a aumentos na riqueza material maiores do que no mais-valor (que permanece sendo a forma relevante do excedente no capitalismo). Disso resulta uma demanda cada vez maior por matérias-primas, o que constitui uma causa central para a destruição acelerada do ambiente natural. Nesse quadro, portanto, o problema com o crescimento econômico no capitalismo não se restringe apenas ao fato de que é marcado por crises. Ao contrário, a própria *forma* do crescimento é problemática. A trajetória de crescimento seria diferente se o principal objetivo da produção fosse o aumento da quantidade de bens, e não de mais-valor.

Essa abordagem também fornece a base para uma análise social da estrutura do trabalho e da produção sociais no capitalismo. Ela não trata o processo de produção capitalista como um processo técnico utilizado por capitalistas privados em vista de seus próprios fins. Em lugar disso, ela mostra como a produção é moldada pelo capital. Porém, o capital é contraditório. O impulso para contínuos aumentos na produtividade leva à crescente importância da ciência e da tecnologia na produção. Em consequência, essa acumulação de conhecimento social geral torna o valor e o trabalho proletário crescentemente anacrônicos. Por seu turno, isso cria a possibilidade de reduções social-gerais de larga escala no tempo de trabalho e de mudanças fundamentais na natureza e na organização social do trabalho. Porém, porque a dialética do valor e do valor de uso reconstitui o valor e a necessidade do trabalho proletário, tais possibilidades não são realizadas no capitalismo.

(Essa contradição entre o potencial gerado pelo sistema baseado no valor e sua realidade indica que, para Marx, a abolição do capitalismo não implicaria a autorrealização do proletariado, mas sua autoabolição.)

A dinâmica histórica do capitalismo aponta progressivamente, por conseguinte, para além da necessidade de trabalho proletário, ao mesmo tempo em que reconstitui essa mesma necessidade. Em termos gerais, tal dinâmica gera a possibilidade de uma organização diferente da vida social e, não obstante, impede que esta possibilidade seja realizada.

Marx também desenvolve esse argumento ao tratar da acumulação, no qual sustenta que o impulso do capitalismo para a crescente produtividade dá origem a uma tendência secular em direção ao aumento da proporção da ciência e da tecnologia objetivadas em relação ao trabalho vivo. Uma consequência de longo prazo dessa tendência é que cada vez menos trabalho é requerido para níveis mais elevados de produtividade baseados em novos processos produtivos. Um resultado é a tendência para a criação de uma população trabalhadora relativamente supérflua – o assim chamado exército industrial de reserva de trabalho.

Tradicionalmente, essa análise foi interpretada como uma explicação da pressão estrutural redutora sobre os salários exercida pelo capitalismo. Da mesma forma, ela também foi tida como uma crítica à incapacidade do capitalismo de prover pleno emprego. Essa leitura, contudo, é incompleta e enganosa. Ela deixa escapar um ponto importante do argumento de Marx e, conseqüentemente, sua relevância para a crise atual. O capítulo de Marx sobre a acumulação deve ser lido como o ponto máximo de seu argumento de que a tendência secular do capital no sentido de pressionar por aumentos contínuos na produtividade consiste em dar origem a um aparato produtivo

tecnologicamente sofisticado que torna a produção de riqueza material essencialmente independente do valor, ou seja, do dispêndio de tempo de trabalho humano direto, ao mesmo tempo em que reconstitui o valor como fundamento do sistema.

A combinação da contínua reconstituição da necessidade do trabalho criador de valor, *i.e.*, trabalho proletário, com o caráter cada vez mais anacrônico gera crescentemente trabalho supérfluo. Por um lado, isso abre a possibilidade de uma redução geral no tempo de trabalho e até mesmo aponta para além dele, para a possibilidade histórica de abolição do trabalho proletário. Por outro lado, como resultado da contínua reconstituição das formas fundamentais do capital, essa possibilidade histórica *aparece* na forma de uma crescente superfluidade de uma parcela cada vez mais numerosa da população de trabalhadores, do aumento nos permanentemente desempregados e do precariado – dos subempregados. Esse desenvolvimento vai além de expansões periódicas do “exército industrial de reserva” com sua consequente pressão descendente sobre os salários, pondo em dúvida a demanda por pleno emprego (proletário). Pelo contrário, ele expressa, em forma invertida, a crescente superfluidade de grande parte do trabalho proletário. Longe de se apresentar como uma possibilidade linear – logo, a perspectiva de abolição do trabalho proletário e, conseqüentemente, a emergência de um futuro possível em que a produção excedente não tenha mais de se basear no trabalho de uma classe oprimida –, ele é ao mesmo tempo a emergência da possibilidade de um desenvolvimento catastrófico em que a crescente superfluidade do trabalho se expressa como a crescente superfluidade das pessoas.

O capital gera, por conseguinte, a possibilidade de uma sociedade futura em uma forma que, ao mesmo tempo, é crescentemente destrutiva para o meio ambiente e para a população trabalhadora. (Como observou Marx, “[p]rodução capitalista (...) somente desenvolve as técnicas e o grau de combinação do processo social de produção minando simultaneamente as fontes originárias de toda riqueza – o solo e o trabalhador”.)

De acordo com a reinterpretação esboçada por mim, a teoria marxiana vai muito além da crítica tradicional do mercado e da propriedade privada. Ela não consiste unicamente em uma crítica da exploração e da distribuição desigual de riqueza e poder. Ao contrário, compreende a própria sociedade industrial moderna como capitalista e analisa criticamente o capitalismo, principalmente em termos de estruturas abstratas de dominação, crescente fragmentação do trabalho e da existência individuais, além da lógica de desenvolvimento cega e descontrolada. Ela trata a classe trabalhadora como

um elemento básico do capitalismo e não como a corporificação de sua negação; e implicitamente conceitua o socialismo em termos da possível abolição do proletariado e da organização da produção baseada no trabalho proletário, como também do sistema dinâmico de compulsões abstratas constituído pelo trabalho como atividade socialmente mediadora.

Não seria possível aqui aprofundar a noção de que as categorias deveriam ser interpretadas não meramente como categorias econômicas, mas, nos termos de Marx, como *Daseinformen, Existenzbestimmungen* [formas de ser, determinações da existência] – o que indica que também devem ser compreendidas como categorias culturais que envolvem determinadas visões de mundo e concepções de identidade pessoal, por exemplo. Entretanto, eu gostaria de sugerir que, ao relacionar a superação do capitalismo à supressão do trabalho proletário, essa interpretação poderia começar a tratar a emergência histórica de novos movimentos sociais das décadas recentes e os tipos de visões de mundo historicamente constituídas que eles incorporam e expressam. Ela também poderia ser capaz de abordar o surgimento global de formas de “fundamentalismo” como formas populistas fetichizadas de oposição aos distintos efeitos do capitalismo neoliberal global.

#### IV

Considerando retrospectivamente, ficou evidente que a configuração social/política/econômica/cultural da hegemonia do capital variou historicamente – do mercantilismo, passando pelo capitalismo liberal do século XIX e o capitalismo fordista estadocêntrico do século XX até o capitalismo neoliberal global. Cada configuração despertou um número de críticas penetrantes – à exploração e ao crescimento desigual e injusto, por exemplo, ou aos modos de dominação tecnocráticos e burocráticos.

Cada uma dessas críticas, todavia, é incompleta. Como podemos constatar agora, o capitalismo não pode ser inteiramente identificado com qualquer de suas configurações históricas.

Eu procurei diferenciar as abordagens que, muito embora sofisticadas, em última análise são críticas de uma configuração histórica do capital, de uma abordagem que permite uma compreensão do capital como o núcleo da formação social, separável de suas várias configurações superficiais.

A distinção entre capital como o núcleo da formação social e as configurações historicamente específicas do capitalismo tornou-se crescentemente importante. A fusão das duas resultou em significativa incompreensão. Vale aqui recordar a afirmação de Marx de que a revolução

social vindoura tem de tirar sua poesia do futuro, diferentemente das revoluções anteriores que, focadas no passado, reconheceram de maneira equivocada seu próprio conteúdo histórico. Sob esse prisma, o marxismo tradicional apostou em um futuro que não entendeu. Em lugar de apontar para a superação do capitalismo, ele envolveu um falso entendimento que, ao focar na propriedade privada e no mercado, confundiu o capital com sua configuração do século XIX. Consequentemente, ele implicitamente referendou a nova configuração estadocêntrica que emergiu da crise do capitalismo liberal.

A ratificação não intencional de uma nova configuração do capitalismo pode ser vista mais recentemente na virada anti-hegeliana em direção a Nietzsche, característica de grande parte do pensamento pós-estruturalista a partir do início da década de 70. Tal pensamento, possivelmente, também recorreu a um futuro que não entendeu de maneira adequada. Ao rejeitar o tipo de ordem estadocêntrica que o marxismo tradicional implicitamente respaldava, o fez de tal modo que foi incapaz de apreender criticamente a ordem neoliberal global que suplantou o capitalismo estadocêntrico do Ocidente ao Oriente.

As transformações históricas do último século, portanto, não apenas revelaram as debilidades de grande parte do marxismo tradicional e de várias formas de pós-marxismos críticos, mas também sugerem a relevância central da crítica do capitalismo para uma adequada teoria crítica hoje.

Ao tentar repensar a concepção de capital de Marx como o núcleo essencial da formação social, procurei contribuir para a reconstituição de uma crítica vigorosa do capitalismo atual que, livre dos entraves conceituais de abordagens que identificam capitalismo com uma de suas configurações históricas, poderia ser potencialmente adequada ao nosso universo social.